

## **Relatório de viagem**

Conselheira: Laura Conde Tresca

Nome da Atividade: Internet For Thrust Conference – Unesco

Período: 20 a 24 de fevereiro de 2023

Local: Paris, França

Justificativa apresentada:

Eu tenho participado ativamente do grupo de trabalho sobre regulação de plataformas e, como especialista em liberdade de expressão, estou particularmente interessada no evento, porque ele tem esse enfoque. A participação presencial é fundamental por causa das conversas informais possíveis. Por exemplo, um dos documentos referenciados pela Unesco são os Princípios de Santa Clara. Eu fui uma das organizadoras da consulta a especialistas em direitos digitais na América Latina para atualização dos princípios e a principal recomendação do grupo foi a demanda por reparação em caso de erro de moderação de conteúdos – já que liberdade de expressão é um direito humano. A versão final dos Princípios de Santa Clara não contemplou a principal demanda da região e, portanto, não consta no documento da Unesco. Isso não significa que o debate esteja enterrado e somente pelas conversas informais poderíamos medir o quanto uma eventual regulação no Brasil que aponte para ações de reparação seriam bem recebidas ou não pela comunidade internacional.

Ademais, conforme consta na página da Unesco sobre o evento, uma das organizadoras é Ana Cristina Ruelas que foi minha colega diretora no México quando fui diretora da ARTIGO 19 no Brasil. Acho que seria uma retomada de contato importante para a rede do CGI.br na Unesco – que hoje fica centrada em apenas poucos atores.

### **Relatório**

Pela primeira vez em sua história, a UNESCO assumiu a liderança na organização de uma conferência global focada na questão da regulamentação das plataformas digitais. Participar ativamente deste evento de destaque, promovido por uma entidade vinculada à ONU, no contexto da regulamentação das plataformas digitais, alinhou-se integralmente com os objetivos do CGI.br, que estava prestes a iniciar uma consulta pública sobre esse tópico. A nossa participação na Conferência também possibilitou uma concordância básica entre as discussões em curso no Brasil e os debates internacionais mais avançados sobre o tema.

Os dois dias oficiais do evento foram meticulosamente planejados com base nos tópicos apresentados na proposta da UNESCO, que tratam das orientações para a regulamentação das plataformas. Dessa maneira, cada sessão foi cuidadosamente elaborada para abordar as preocupações imediatas relativas ao escopo da regulamentação, à liberdade de expressão, à divulgação transparente de relatórios, ao empoderamento dos usuários, à responsabilidade, aos desafios técnicos pendentes e outros temas relevantes. Com o intuito de materializar a abordagem multissetorial da discussão, ao término de cada sessão, proporcionou-se a oportunidade para comentários da audiência, categorizados por setores (governos, setor privado, academia, comunidade técnica e sociedade civil).

A conferência desempenhou um papel fundamental em destacar a importância da agenda em questão, bem como a complexidade e os subtemas associados. Além do conteúdo explícito na estrutura dos painéis, algumas questões emergiram de forma constante durante todo o evento, como a regulamentação assimétrica, o antitruste e a regulamentação da inteligência artificial. As discussões frequentemente enfatizavam que não se poderia dissociar os debates sobre acesso à informação, moderação de conteúdo e liberdade de expressão da discussão sobre regulação econômica das plataformas. Portanto, um dos principais insights foi a necessidade de abordar essas questões de forma integrada, em vez de separada, dentro de um contexto mais amplo.

Embora os conselheiros tivessem acordado em não fazer uso da palavra formalmente, as discussões informais sobre o assunto desempenharam um papel crucial em trazer a perspectiva dos países em desenvolvimento para o centro do debate. No primeiro dia, por exemplo, ocorreu uma reunião com organizações e instituições da América Latina, onde tive a oportunidade de levantar a questão da reparação, que posteriormente foi incorporada à consulta pública do CGI.br.

Outro ponto de destaque foi o primeiro painel da conferência, conduzido pela jornalista filipina Maria Rezza, laureada com o Prêmio Nobel da Paz. Ela abordou as mudanças estruturais na dinâmica da comunicação e da informação, destacando que os gatekeepers não eram mais os jornalistas, mas sim as empresas de tecnologia. Esse modelo poderia incentivar a disseminação de desinformação e conteúdo prejudicial. Ela também apresentou uma proposta para combater a desinformação, por meio de uma ilustração em forma de pirâmide. Na base estavam as verificações de informações, seguidas pela mobilização social para divulgar informações confiáveis e, em seguida, pesquisas de monitoramento. No topo da pirâmide, em proporção muito menor, estavam as medidas regulatórias e judiciais.

Nossa presença na Conferência, sem dúvida, teve um impacto significativo em manter o papel de liderança do Comitê Gestor na arena internacional de governança da Internet. É importante destacar o discurso do Ministro Luís Roberto Barroso, que mencionou claramente o multissetorialismo, fazendo referência ao CGI.br, o que levanta a questão inevitável sobre novas atribuições do comitê. Vale ressaltar que também houve discussões paralelas com representantes do governo, abordando a regulação econômica.

Do ponto de vista pessoal, considerando minha ativa participação nos debates substanciais e na formulação de políticas relacionadas ao tema em andamento pelo CGI.br, o evento proporcionou uma oportunidade valiosa para fortalecer as conexões regionais e internacionais que tenho cultivado.